



3º Encontro Internacional de Política Social 10º Encontro Nacional de Política Social

Tema: “Capitalismo contemporâneo: tendências e desafios da política social”

Vitória (ES, Brasil), 22 a 25 de junho de 2015

Eixo: Pobreza e desigualdades no capitalismo contemporâneo

Catadores e lixões - o que muda com a nova política nacional de resíduos sólidos?

Érica Terezinha Vieira de Almeida¹
Fernanda Azevedo Cordeiro²

Resumo

O trabalho pretende apresentar e problematizar o encerramento das atividades do lixão em Campos dos Goytacazes (RJ), depois de mais de 25 anos de existência, em atendimento à nova Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS, 2010). Na análise ganham relevância os conflitos desencadeados pelo fechamento da única e/ou principal fonte de trabalho para mais de 400 catadores de recicláveis e o seu protagonismo político pelo reconhecimento da sua condição de trabalhador e pelo direito de prosseguir integrando a cadeia produtiva da reciclagem de maneira menos desigual e subalterna ora oportunizada pela promulgação da nova PNRS.

Palavras-chave: Catadores de materiais recicláveis. Inclusão socioeconômica. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Trabalho.

Abstract

This paper aims to present and discuss the closure of the landfill activities in Campos dos Goytacazes (RJ), after more than 25 years of existence, in compliance with the new National Solid Waste Policy (PNRS, 2010). The analysis points out conflicts triggered by the single lock and / or main source of work for more than 400 waste pickers and their political role for recognition of their status as workers and the right to continue integrating the production chain recycling way less unequal and subordinate now nurtured by the promulgation of the new PNRS .

Keywords: Recyclable materials collectors. Socioeconomic inclusion. National Solid Waste Policy. Labour.

Introdução

¹ Professora Adjunta da UFF/Campos e Coordenadora do Projeto de Extensão (MEC/PROEXT) Apoio À Organização dos Catadores de Materiais Recicláveis de Campos e de Pesquisa (FAPERJ/Prioridade Rio) De Catadores de lixo a Catadores de material reciclável – o que muda com a Política de Resíduos Sólidos? um diagnóstico da trajetória de trabalho dos catadores de material reciclável e do seu protagonismo a partir do fechamento do lixão da CODIN em Campos dos Goytacazes (RJ).

² Discente do curso de Serviço Social na Universidade Federal Fluminense (UFF/Campos) e Bolsistas de Extensão do Projeto Apoio à Organização dos Catadores de Materiais Recicláveis de Campos dos Goytacazes (RJ) – MEC/PROEXT, 2013 e 2014.

O fechamento dos lixões de norte a sul do país, em atendimento à nova Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS, 2010), representou uma conquista do ponto de vista da saúde pública e da proteção ambiental, seja pela eliminação de um longo processo de contaminação do solo (pelo chorume) e do ar (pelo gás metano) decorrente da disposição final dos resíduos domésticos em vazadouros “a céu aberto”, seja pela proibição do trabalho daqueles que sobreviviam (e ainda sobrevivem) do trabalho de catação de recicláveis.

Apresentado com uma das mais graves expressões da questão urbana, o crescimento ilimitado daquilo que comumente chamamos de “lixo” e os desafios quanto a sua disposição e tratamento tem provocado inúmeros debates nos espaços acadêmicos e políticos considerando a sua gravidade e urgência. Em 2013, o país gerou 76.387.200 t de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), ou seja, 1,041 kg/dia *per capita*, um crescimento de 4,1% com relação ao ano de 2012 e superior ao índice de crescimento populacional, no mesmo período, que foi de 3,7% (ABRELPE, 2013). Se, por um lado, pode-se afirmar que a geração *per capita* cresceu, indicando também o crescimento do consumo e do descarte de resíduos, por outro, essa afirmação merece uma problematização. Sabe-se que as taxas médias, como o termo já adianta, não refletem as desigualdades existentes no interior do universo, sobretudo em sociedades com altos índices de desigualdade (de renda e de direitos sociais) como a brasileira. Nesse sentido, pode-se afirmar que a média de descarte de RSU por habitante no Brasil não expressa a desigualdade existente no processo de consumo. Segundo o CEMPRE (2013), enquanto a média entre as pessoas com maior poder aquisitivo é de 2,10 kg/hab./dia, entre as pessoas com menor poder aquisitivo ela é de apenas 0,60 kg/hab./dia³. Além disso, não é só o volume do que é descartado que é maior entre os mais ricos; a qualidade do resíduo também é completamente diferente. Enquanto na composição dos resíduos dos mais ricos a parte orgânica é de 28% do total, entre os RSU descartados pelos mais pobres ela atinge 64%, demonstrando a diferença entre os produtos consumidos por ricos e pobres⁴, conseqüentemente, o impacto dos mesmos no meio ambiente.

³Fonte Banco Mundial, 2013. *Cempre Review*, 2013. www.cempre.org.br.

⁴ Segundo pesquisa do Banco Mundial, 2013, o descarte de metal entre os ricos é o dobro dos pobres; o descarte de papel entre os ricos é seis vezes mais que os pobres; o descarte de plástico entre os ricos é uma

Ainda que a sociedade brasileira não consuma de modo igualitário, é preciso discutir e enfrentar o crescimento da geração de resíduos no país. Impulsionado por fatores de natureza diversa como o crescimento da população e a sua concentração nas áreas urbanas, o aumento da renda dos trabalhadores, sobretudo, da parcela de menor poder aquisitivo (as chamadas classes D e E) e, principalmente, pela disseminação da ideologia consumista traduzida no *american way of life* e pelo crescente processo de “obsolescência planejada das mercadorias” combinada com uma “obsolescência simbólica”, o crescimento ilimitado dos resíduos mobilizou ambientalistas, pesquisadores, governos e movimentos sociais, resultando na construção e aprovação em 2010, depois de tramitar por 19 anos no Congresso Nacional, da nova Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

Como acontece com a aprovação de todas as Políticas Públicas, a PNRS é fruto de um contexto de disputas e de conflito de interesses. De modo geral, ela expressa o resultado dos enfrentamentos entre as diferentes forças sociais e econômicas (nem sempre em posição de igualdade e de recursos) com relação aos papéis e responsabilidades que deverão ser assumidos pelos principais protagonistas da Política de Resíduos Sólidos, quais sejam, o Estado, os cidadãos e as Empresas geradoras de resíduos. Pode-se afirmar, também, que ela foi resultado de uma negociação possível, considerando, de um lado, as pressões dos agentes e movimentos sociais e ambientais e, de outro, os limites do Congresso Nacional, em especial nas últimas duas décadas, no que se refere a sua representação e, portanto, a sua incapacidade de metamorfosear-se em uma esfera pública que seja capaz de traduzir o interesse público, isto é, o interesse das majorias⁵. Em outras palavras, o que parece faltar ao Congresso Nacional brasileiro é o comprometimento com um debate amplo onde os múltiplos interesses presentes na sociedade civil possam vir à

vez e meia a dos pobres. Já no que se refere à matéria orgânica, o lixo dos pobres contém mais do que o dobro de matéria orgânica do que o dos ricos. Cempre *Review*, 2013. www.cempre.org.br

⁵ O debate sobre interesse público é complexo que vai além do que se pretende neste texto. Todavia, cabe salientar a rejeição a uma perspectiva liberal e corporativa deste conceito e, também, a uma perspectiva habermasiana que tende a tratar de maneira igualitária o acesso ao espaço público ao negar a desigualdade de classe no interior das sociedades capitalistas. Assim, este debate se aproximado conceito de construção de hegemonia de Gramsci e de espaço público como um espaço de conflitos de interesses e quase sempre marcado pela desigualdade de acesso, de recursos e de participação; portanto limitado do ponto de vista da representação dos interesses dos subalternos, mas, que tendem a se democratizar com a participação política dos “aparelhos privados de hegemonia das classes subalternas”.

tona e se manifestar, sobretudo, aqueles oriundos de uma parcela majoritária da sociedade brasileira, quase sempre esquecidos e excluídos das esferas institucionais.

No caso da PNRS chama atenção o papel atribuído aos catadores de materiais recicláveis na gestão integrada dos resíduos sólidos. No Capítulo II, Dos Princípios e Objetivos, a Lei nº 12.305/10 apresenta como um dos objetivos da PNRS a “[...] integração dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos” (Art. 7º, XII). Mais à frente, estabelece que “[...] o titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos (no caso as prefeituras) priorizará a organização e o funcionamento de cooperativas ou de outras formas de associação de Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, bem como sua contratação” (Art. 36, §1º). Como se pode observar, a PNRS não trata apenas da eliminação e/ou recuperação dos lixões, como pensam alguns. Ao contrário, ao apresentar a necessidade e a urgência da eliminação dos lixões, a PNRS cumpre um importante item da agenda ambiental sem negligenciar a inclusão produtiva de um segmento historicamente marginalizado e penalizado pela cadeia da reciclagem.

Se por um lado, a PNRS aponta para a inclusão socioeconômica dos catadores, a sua implementação depois de quase cinco anos da sua aprovação e regulamentação, demonstra que a participação dos catadores de recicláveis na Coleta Seletiva dos municípios ainda constitui um desafio para os catadores e seu Movimento (o MNCR)⁶, sobretudo se for considerado o modelo de gestão de resíduos sólidos implementado na maioria dos municípios brasileiros, qual seja, os contratos de concessão com grandes Empresas, geralmente subsidiárias de grandes Empreiteiras que tem vencido licitações em quase todo o território nacional há várias décadas. Isto significa que embora a Coleta Seletiva e a Reciclagem venham crescendo no Brasil, elas ainda estão muito longe de se universalizarem e, mesmo, de avançarem na perspectiva do direito e da Política Pública, na medida em que vêm atendendo prioritariamente o circuito da valorização.

⁶ Criado em junho de 2001 durante o I Encontro Nacional de Catadores de papel em Belo Horizonte, o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) é um importante agente de mobilização, organização e articulação política em defesa dos direitos dos catadores e teve participação ativa na discussão da PNRS assim como na sua implementação.

Para Layrargues (2002), ao tratar a reciclagem como atividade fim, submetida à lógica pragmática que trata apenas da sua dimensão técnica, a sociedade impede a discussão política sobre a necessidade de mudança dos valores culturais que sustentam o padrão de produção e consumo contemporâneos. Ao desprezar o debate sobre a redução do consumo e da primazia da reutilização sobre a reciclagem, corre-se o risco de se acreditar que a reciclagem é suficiente para dar conta da sustentabilidade ambiental sem colocar em risco a economia capitalista; aqui reside a funcionalidade da reciclagem. Como se vê não são poucos e nem simples os elementos que compõem este debate. Além do mais, a interseção entre a dimensão ambiental e social tem requerido um olhar que possa ir além do campo disciplinar, articulando os diferentes saberes, sem, contudo, perder a perspectiva da cidadania que, neste caso, implica assegurar o direito ao trabalho dos catadores de modo protegido e menos subalterno. Em outras palavras, trata-se de desmercadorizar a Reciclagem no país e submetê-la aos interesses da sociedade, em especial, daqueles que são responsáveis por 90% dos resíduos que chegam às recicladoras – os catadores.

Todavia é preciso problematizar os modelos de inclusão produtiva implementados no país. Ao longo das últimas duas décadas, essas experiências incentivaram a precarização do trabalho associada à ideologia do empreendedorismo como “saída” para o desemprego, despolitizando a crise do emprego no modelo capitalista contemporâneo, em especial, nos países periféricos capitaneados pelo chamado “capitalismo liberal periférico”, aliás, em plena crise.

Desenvolvimento

A literatura sobre catadores de “lixo” produzida nos anos 90 e início dos anos 2000 ⁷, em sua grande parte, identificava os catadores como excluídos desnecessários, marginalizados, estigmatizados, trabalhadores informais, sobreviventes, dentre outras denominações que, de modo geral, priorizavam as análises sobre as condições e processo de trabalho dos catadores, sobre as suas condições de reprodução social, sobre a construção da sua identidade como trabalhador, sobre as relações comerciais com os

⁷ As primeiras produções acadêmicas sobre catadores de lixo são dos anos 80.

sucateiros e atravessadores, sem, no entanto, dar centralidade à posição dos catadores na cadeia produtiva da reciclagem, isto é, no circuito da valorização (BOSI,2008; MOTA, 2002; MAGERA, 2005). Como afirma Mota (2002), os catadores são a ponta de uma cadeia (da reciclagem) que tem início nas ruas e nos lixões. Se considerarmos que 90% dos recicláveis que chegam às empresas são provenientes do trabalho dos catadores podemos afirmar que é o trabalho precarizado, mal remunerado, perigoso e insalubre dos catadores o maior responsável pela oferta de matéria-prima às recicladoras, não só no Brasil como também em países latino americanos, da Ásia e da África.

A ausência desta perspectiva em grande parte da literatura especializada pode ter duas explicações: - o contexto ainda incipiente da atividade de reciclagem no país, com um número ainda pequeno de indústrias recicladoras ⁸ e a utilização de referências teórico-metodológicas que se recusavam a pensar as mudanças no capitalismo contemporâneo, dentre elas, a relação cada vez mais íntima entre as atividades formais e informais, demonstrando que a segunda não é a antítese nem a negação da primeira; ao contrário, no modelo de acumulação flexível, eles não só interagem como se complementam com vistas à realização, num circuito mais breve possível, do valor. A cadeia da reciclagem é um caso exemplar dessa articulação formal/informal que se espraia em outras cadeias como a de vestuário e tantas outras, numa clara demonstração da ressignificação do que é formal e informal em tempos de reestruturação produtiva e mundialização do capital (BARBOSA, 2007; HARVEY, 1992;TAVARES, 2004).

Embora a literatura citada anteriormente apresente com detalhes o cotidiano de trabalho e as experiências dos catadores, chama atenção o silenciamento, mesmo depois da segunda metade dos anos 90, sobre a natureza dual da cadeia da reciclagem que nas palavras de Milton Santos (2005) combina os dois circuitos da economia urbana, o superior (formal e protegido) e o inferior (terreno da exploração e da ausência de proteção social).Como já citado, é pela mão dos catadores de rua e de lixão (trabalho precarizado

⁸De acordo com as entrevistas com os catadores e sucateiros/atravessadores de Campos, embora a atividade de catação nos lixões e nas ruas seja antiga ela se restringia à catação de utensílios úteis aos catadores (valor de uso) e da comercialização de papelão e de ferro. Em 2000, ela se metamorfoseia com a inserção maciça das embalagens de plástico e de alumínio, substituindo o vidro. (Ver BOSI). Cabe lembrar que alguns recicláveis são considerados *commodities*, por serem mercadorias de interesse internacional e terem o seu preço definido na Bolsa de Valores.

e desprotegido) que o material reciclável chega às empresas recicladoras; o que ajuda a compreender melhor as elevadas taxas de lucro deste setor. Mesmo com os avanços neste campo, ainda se assiste à desresponsabilização tanto por parte das empresas quanto do próprio poder público, em especial, de estados e municípios, no que diz respeito ao processo de reprodução social do catador; o que se espera que seja transformado com a implementação da nova PNRS (2010) e do marco jurídico-legal construído recentemente.

Para Pochmann (2002, 2004), no rastro da crise do capitalismo contemporâneo, além do avanço do desemprego aberto, amplia-se o segmento não-organizado do trabalho, responsável por ocupações precárias e heterogêneas, como é o caso dos catadores de materiais recicláveis organizados ou não em cooperativas e associações. Segundo Bosi (2008), além das mudanças introduzidas no mundo do trabalho a partir dos anos 90, a intensificação do mercado de trabalho dos catadores de recicláveis deve ser associada, também, à demanda apresentada pelas empresas recicladoras, considerando o grau de dependência das mesmas com relação ao trabalho dos catadores, fazendo-se necessário relativizar a ideia da catação como um setor marginal e os catadores como trabalhadores excluídos do circuito de valorização do capital.

Em Campos dos Goytacazes, município tradicionalmente vinculado à monocultura da cana-de-açúcar e à produção industrial do açúcar e do álcool, durante os anos 70, 80 e início dos anos 90, era muito comum ouvir dos trabalhadores de baixa renda a frase “a gente acaba caindo no corte de cana” (CRUZ, 1992), numa clara demonstração da falta de oportunidade de trabalho em outras ocupações que não a lavoura de cana. Todavia, os resultados de uma recente pesquisa realizada com os beneficiários do Programa Bolsa Família do município indicam que o trabalho na lavoura de cana-de-açúcar, nas últimas esta década, veio perdendo lugar entre as principais ocupações dos trabalhadores empobrecidos, caindo de 1ª ocupação nos anos 70 para 8ª ocupação em 2012. Essa redução traduz a crise do setor e a perda de milhares de postos de trabalho na lavoura e na indústria, mas, revela, principalmente, o crescimento de outros mercados de trabalho como o da construção civil, do comércio e de serviços e sua capacidade de atrair os mais jovens (ALMEIDA; RANGEL, 2014).

Concomitante a este processo de “crise” do setor sucroalcooleiro local, o recrudescimento do desemprego e da precarização do trabalho durante toda a década de 90 pressionou os trabalhadores a buscarem alternativas ao desemprego e à insuficiência de renda. Neste sentido, a atividade de catação no lixão a partir dos anos 2000 pode ser compreendida tanto como uma alternativa à desocupação quanto uma resposta às demandas das recicladoras. Embora desprestigiada socialmente, desprotegida e, muitas vezes, perigosa e insalubre, a atividade de catação vai conseguir atrair não só os sem-emprego, mas um conjunto de trabalhadores informais e “[...] por conta própria” que integram o “exército de biscateiros” (CRUZ, 1992). Cabe lembrar que para os trabalhadores de baixa renda acostumados com o subemprego e com a informalidade dos vínculos, a catação de recicláveis no lixão, por exemplo, oferecia algumas vantagens tais como roupas, sapatos, coisas para casa, comida e até mesmo jóias, além da remuneração diária e superior ao salário-mínimo vigente. Em entrevistas, eles diziam receber, em média, R\$200,00 por semana, ou seja, um rendimento bem acima do salário-mínimo vigente na época, de R\$640,00 (ALMEIDA, 2014).

Entre o grupo de catadores do lixão da CODIN, 64% eram de mulheres contra 36% de homens⁹. A proximidade com a casa e a possibilidade de articular os afazeres domésticos e os cuidados com os filhos com o trabalho no lixão foi lembrada por grande parte das catadoras que também afirmavam que as tarefas domésticas com a reprodução social da família impediam, muitas vezes, que elas se mantivessem em um trabalho mais regular e com um horário mais rígido, como o trabalho doméstico e a faxina. 34% tinham entre 18 e 29 anos, ou seja, eram jovens; 36% possuíam entre 30 e 49 anos; 23% estavam com idade entre 50 e 59 anos e 7% tinham mais de 60 anos. É importante salientar que

⁹Os dados relativos aos catadores do lixão, ao seu cotidiano de trabalho e de reprodução social, assim como a sua participação na cadeia de reciclagem local são resultados da pesquisa “De Catadores de lixo a Catadores de material reciclável – o que muda com a Política de Resíduos Sólidos? um diagnóstico da trajetória de trabalho dos catadores de material reciclável e do seu protagonismo a partir do fechamento do lixão da CODIN em Campos dos Goytacazes (RJ)”, coordenada pela Professora Érica Almeida, do Departamento de Serviço Social da UFF/Campos. Esta pesquisa contou com o apoio da FAPERJ (Edital Prioridade Rio), nos anos de 2013 e 2014. Quanto à metodologia de pesquisa, esta contou com uma 1ª fase quantitativa com a visita a 111 domicílios, o que totalizou um universo de 165 catadores, ou seja, uma amostra de 32% do universo de 510 catadores. Além dos formulários, foram realizadas entrevistas (semi-estruturadas) com os catadores do lixão, os catadores de rua, os sucateiros e atravessadores e gestores públicos, em uma 2ª fase. Concomitante, realizou-se também uma pesquisa documental e nos jornais locais sobre a história do lixão e dos discursos políticos acerca do mesmo.

em comparação com um diagnóstico realizado com os catadores do lixão, nos anos 90¹⁰, observou-se tanto a ausência de crianças e adolescentes no aterro quanto um aumento significativo do índice de jovens com idade entre 18 e 29 anos trabalhando no lixão. Com relação ao primeiro, cabe lembrar que o aterro passou a ser administrado pela Concessionária de limpeza pública desde o final dos anos 90, proibindo e fiscalizando a entrada de menores na “lixreira”. Além disso, o lixão foi alvo de inúmeras denúncias de trabalho infantil o que fez com que aumentasse a fiscalização por parte dos agentes responsáveis, em especial, dos Conselhos Tutelares. Já com relação aos jovens com idade entre 18 e 24 anos, houve um aumento de mais de 6% com relação ao último diagnóstico. Acreditamos que, mesmo com a melhoria na oferta de escolas e de cursos e, também, de postos de trabalho (a partir de 2003), a catação de recicláveis no lixão atendia às suas necessidades (dinheiro todo dia, trabalho por conta própria e fazer seu próprio horário de trabalho), além de não exigir escolaridade. Um outro fator que já foi apresentado é o crescimento do mercado de recicláveis no país, fazendo crescer a demanda por novos recicláveis e o preço dos mesmos.

O crescimento do grupo de desempregados e subempregados, formado majoritariamente por mulheres-mães-trabalhadoras e, muitas vezes, únicas responsáveis pela família (arranjos monoparentais femininos), de um lado, e o incremento do negócio da reciclagem com a transformação dos resíduos em mercadorias com maior valor de comercialização, do outro, acabou por criar as condições necessárias e favoráveis à entrada de novos trabalhadores no mercado de trabalho da catação para além daqueles tradicionais constituídos pelos catadores mais antigos e seus familiares. Isso ajuda a explicar o crescimento do número de catadores no final dos anos 90, início dos anos 2000 e a permanência dos jovens nessa atividade. Segundo pesquisa com os catadores do lixão (ALMEIDA, 2014), 53% iniciaram a atividade de catação no lixão no final dos anos 90, início dos anos 2000, período em que se deu o incremento da atividade de reciclagem no

¹⁰Este diagnóstico é fruto do trabalho realizado por uma equipe do Serviço Social de Campos, da UFF em parceria com um grupo de docentes e técnicos administrativos da ETFC (hoje IFF) articulado à Ação da Cidadania contra a fome, a miséria e pela vida, nos anos de 1993 e 1994. Ver: JUNCÁ, GONÇALVES, PARENTE. **A mão que obra no lixo**. Niterói (RJ): EDUFF, 2000.

município, incentivada pela presença do plástico e do alumínio para além do tradicional papelão e vidro, mercadorias de menor valor.

É interessante perceber os vínculos entre o processo de valorização da reciclagem no país e na região e a percepção do catador sobre o seu trabalho assim como dos demais observadores. Comparando os dados da pesquisa recente com os catadores (ALMEIDA, 2014) com o estudo apresentado pelas autoras do livro “A mão que obra no lixo” (JUNCÁ *et al.*, 2000), observa-se um conjunto de mudanças e de permanências nesse intervalo de 20 anos. Entre as permanências pode-se citar o cotidiano de trabalho precário, insalubre e perigoso. Mesmo depois da implantação de um novo tratamento para os resíduos hospitalares por intermédio da tecnologia de autoclave, em junho de 2010, os catadores continuaram expostos aos riscos de contaminação por agulhas jogadas no lixo doméstico e, também, pelo ambiente insalubre do lixão. Além da exposição às doenças, os catadores eram potenciais vítimas dos acidentes com os caminhões de lixo e, também, com as máquinas responsáveis pela compactação da cobertura de terra sobre o lixo, processo que define os aterros controlados. Muitas vezes, na disputa pelos resíduos de maior valor comercial, eles se distraíam das manobras dos caminhões e dos tratores e acabavam se envolvendo em acidentes, muitos deles com morte.

Mesmo passados 20 anos, chama atenção a permanência do padrão de relação entre os catadores e sucateiros. A participação dos catadores na cadeia de reciclagem continua marcada pela precarização do trabalho e pelos baixíssimos preços pagos pelos sucateiros, justificado pelo crescimento da oferta de materiais recicláveis, considerando o aumento de catadores no lixão e nas ruas da cidade. Como já foi visto o crescimento do negócio da reciclagem no Brasil, no final dos anos 80, transformando uma grande parte do lixo em mercadoria (com valor de troca) fez crescer, também, o número de catadores. Para Bosi(2008), a partir do final dos anos 80, os catadores aparecem como força de trabalho articulada a um mercado definido e não mais como uma atividade secundária ou complementar, como eram definidos os autônomos na década de 70. Em Campos, o dinamismo da cadeia da reciclagem, como já apresentado, se dá em concomitância com a crise do setor sucroalcooleiro, impulsionando com o crescimento do segmento de catadores e de sucateiros.

Segundo Juncá (2000), 63,3% dos catadores do lixão eram moradores da Terra Prometida¹¹, 30,6% vinham de outros bairros e 6,1% moravam no próprio lixão. Em 2013/14, esses números se inverteram. Apenas 44% dos catadores residiam na Terra Prometida; os demais, 56%, estavam distribuídos pelos seguintes bairros: - 23% no Novo Eldorado, 11% no Eldorado, 7% em Santa Edwirges, 6% na Vila Industrial, 5% na CODIN e o restante (4%) em outros quatro bairros, demonstrando, que a catação no lixão não era uma atividade restrita aos moradores da Terra Prometida, pela sua proximidade com o lixão.

A presença significativa de catadores jovens (com idade entre 18 e 29 anos) no lixão é um importante indicador não só da crise do emprego, mas, também, das perspectivas representadas pelo trabalho na catação. Além de uma força de trabalho jovem, o tempo de trabalho no lixão também revela importantes diferenças no perfil dos catadores quando se compara as duas pesquisas realizadas no lixão: - em 1993-94 (JUNCÁ *et al*, 2000) e em 2013-14 (ALMEIDA, 2014). Na década de 90, apenas 14,3% dos catadores trabalhavam no lixão há mais de 10 anos. Em 2013/14, esse grupo chega a 61% dos catadores, demonstrando a continuidade na atividade de catação e, também, a sua relevância e centralidade como fonte de trabalho e renda e, não mais, como atividade secundária e complementar (BOSI, 2008). A tabela abaixo é bastante ilustrativa quanto a esse item. Vejamos:

¹¹ Terra Prometida é o nome de um assentamento urbano realizado pelo governo municipal de Campos dos Goytacazes, em 1990, como resposta a uma ocupação em uma área privada. Inicialmente pensado para abrigar as 250 famílias que haviam ocupado a tal área, o assentamento pela sua proximidade com o lixão da CODIN (desde 1988), acabou sendo rejeitado pelas famílias originais e ocupado pelas famílias de catadores do lixão e de outras localidades próximas como estratégia de fugir do aluguel. Ver: GOMES, M.T *et al*. Com quantos tijolos se faz uma favela? O caso da “Terra Prometida” em Campos dos Goytacazes. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*. Vol12, nº. 2, 2012.

Tabela 1. Ocupações dos Catadores anteriores ao Lixão /Sexo:

Ocupações dos Catadores (Homens)*	%	Ocupações das Catadoras (Mulheres) *	%
Sempre foram Catadores	54%	Sempre foram Catadoras	44%
Trabalhador Rural	15%	Empregadas Domésticas	18%
Ajudante de Pedreiro	12%	Trabalhadoras Rurais	11%
Pedreiro	5%	Faxineiras	10%
Porteiro	5%	Babás	3%
Trabalhador de Usina	5%	Outras ocupações variadas	14%
Outras Ocupações Variadas	10%		

Fonte: Relatório de Pesquisa FAPERJ (ALMEIDA, 2014).

Diferente dos catadores dos anos 90, a maioria dos homens e uma parcela significativa das mulheres entrevistados em 2013/14 respondeu que sempre exerceu a atividade de catador(a), isto é, nunca teve uma atividade laborativa para além da catação, nem mesmo concomitante à mesma. Fazem parte de uma geração que quando criança acompanhava os pais (geralmente as mães) no trabalho na catação e, portanto, cresceram trabalhando no lixão e lá permaneceram. Quanto aos demais, percebe-se o peso das atividades ligadas à lavoura de cana, à construção civil e aos serviços domésticos, principais ocupações da força de trabalho de baixa renda em Campos. Se comparado com o perfil dos catadores na década de 90, verifica-se uma experiência bastante distinta, considerando que, àquela época, quase todos os catadores já tinham exercido uma ocupação antes ou concomitante com a catação no lixão. Dentre elas, destacam-se a lavoura de cana e a pecuária, para 49%, a serventia doméstica, para 37%, e a construção civil, o comércio ambulante, o biscate e a catação em outras localidades, para 14% (JUNCÁ *et al.*, 2000).

Se nos anos 90, o trabalho no lixão não era considerado a primeira opção para os catadores, podendo ser abandonada em função de “coisa melhor”, geralmente um emprego com carteira assinada (JUNCÁ *et al.*, 2000), as entrevistas realizadas com os catadores logo após o fechamento do lixão (ALMEIDA, 2014), demonstram, muitas vezes, o contrário. Em várias entrevistas, o trabalho no lixão foi lembrado como uma atividade que permitia uma maior liberdade no que se refere ao tempo e à rotina de trabalho, sobretudo, para as mulheres-mães. Além disso, a remuneração era diária e o rendimento também era maior se comparado às demais ocupações informais. Ao se referirem ao emprego como empregada doméstica, as catadoras reclamavam do excesso

de controle por parte das patroas, do pagamento mensal e das discriminações sofridas no trabalho, experiências bem distintas daquelas vivenciadas no território do lixão, no qual as regras eram pactuadas e compartilhadas coletivamente, ainda que houvesse muita concorrência pelo melhor material. Em outras palavras, se essa ausência de vivência e de subordinação às experiências formais de gestão da força de trabalho pode trazer problemas futuros de integração no mercado de trabalho formal, caracterizado pelas hierarquias, horários e regras, ela foi fundamental para o enfrentamento com o Poder público local. O que se pretende afirmar com isso, é que essa não-vivência de uma relação direta de controle e de subalternidade no mundo do trabalho, associada à liberdade de horário e de jornada de trabalho e de autonomia na escolha daqueles com quem iriam negociar os recicláveis, produziu sujeitos diferentes, mais autônomos e com uma auto estima mais elevada do que seus antecessores que passaram pela lavoura de cana e pelo serviço doméstico, atividades marcadas pela subalternidade e pelo controle direto da força de trabalho. A título de comparação, enquanto nos anos 90, 49% dos catadores trabalharam como trabalhador rural e 37% na serventia doméstica (empregadas, babás e faxineiras), nos anos de 2013/14, foram apenas 26% e 18%, respectivamente o que parece revelar as vantagens da catação com relação às duas outras.

No que se refere ao vínculo entre os catadores e compradores/sucateiros, enquanto nos anos 90, apenas 26% vendiam para o mesmo comprador/sucateiro, em 2013/14 esse percentual passou para 40%, indicando uma maior fidelidade por parte dos catadores e, também, uma maior contrapartida por parte dos compradores, com adiantamentos, empréstimo, aquisição de remédios, empréstimo do veículo para urgências, dentre outros. Cabe destacar que esse conjunto de contrapartidas oferecido pelos compradores era avaliado pelos catadores antes de se decidirem com quem iriam comercializar os seus recicláveis, já que não havia diferença entre o preço praticado pelos sucateiros em torno do lixão.

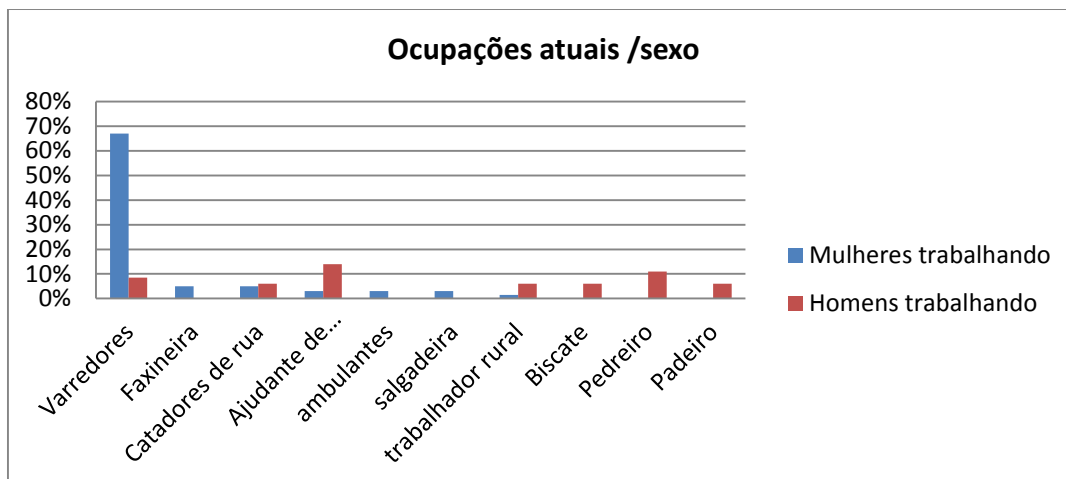
No que diz respeito às condições de reprodução social dos catadores de recicláveis do lixão, percebe-se uma melhoria, especialmente, quanto aos serviços públicos de água e energia elétrica e quanto ao direito à moradia. Na década de 90, só 10% tinham água encanada em casa; 57% estavam ligados à rede de energia; 10% estavam ligados à rede

pública de esgoto e 65% possuíam casa própria (97% desses estavam na Terra Prometida). Passados 20 anos, 86% têm água encanada em casa; 98% estão ligados à rede de energia; 63% estão ligados à rede pública de esgoto e 83% têm casa própria (96% de alvenaria). Ainda que esses direitos sociais não estejam universalizados, os catadores de agora já não são identificados como “pessoas desprovidas de tudo” e “que catam em meio aos animais para comer, disputando muitas vezes a comida com os urubus” (Jornal Folha da Manhã, 1988, 2000). Cabe salientar que, diversas vezes, as lideranças dos catadores de Campos reagiram a tais representações afirmando, sobretudo, nos seus discursos públicos, a sua identidade de trabalhador e, por conseguinte, a sua reivindicação em torno do direito ao trabalho. Em várias reuniões com representantes públicos e mesmo na justiça, em razão de uma Ação Civil Pública movida pelos catadores e outros representantes da sociedade civil¹², as lideranças deixaram claro que não abririam mão de continuarem participando da cadeia da reciclagem por intermédio da coleta seletiva, ou seja, não abririam mão de terem o seu direito ao trabalho garantido na nova configuração da Política municipal de Resíduos Sólidos.

Com o fechamento do lixão, em junho de 2012, 55% dos catadores conseguiram novas ocupações, 42% estão desocupados e 3% passaram a catar nas ruas. Entre os desocupados, 62% são mulheres e 38% são homens. Entre os homens que não estão trabalhando, chama atenção o índice de jovens (com idade entre 20 e 29 anos) desocupados, 34%. Entre as mulheres que não estão trabalhando, 61% delas têm entre 30 e 59 anos e justificam a sua atual situação porque não encontram emprego (35%), em decorrência de problemas de saúde (29%) e porque não tem onde e nem com quem deixar seus filhos pequenos (14%). Entre aqueles que encontraram trabalho depois do fechamento do lixão, a tabela abaixo é bastante elucidativa.

Tabela 2. Ocupações atuais/sexo

¹² Ver ACP nº 0037144-44.2012.8.19.0014. A referida ACP teve como autor a Defensoria Pública do ERJ e como réus o município de Campos dos Goytacazes e a Concessionária de Limpeza Pública, Vital Engenharia Ambiental. Depois de quase 3 anos do fechamento do lixão, a sentença judicial determina a inclusão produtiva de todos os catadores incluídos na ação (609).



A tabela acima não traz muitas novidades se considerarmos que com o fechamento do lixão, os catadores, naturalmente, buscariam as atividades disponíveis no mercado de trabalho informal, muitas delas, já ocupadas por eles como a faxina e o trabalho rural. A única exceção diz respeito à ocupação como varredor de rua para 65% dos catadores que estão trabalhando. Essa oportunidade é fruto da pressão do movimento dos catadores, já que a prefeitura local não ofereceu nenhuma alternativa de inclusão socioeconômica aos catadores após o fechamento do lixão¹³. Embora essa estratégia não corresponda à proposta dos catadores de serem inseridos na Coleta Seletiva do município como previsto na nova PNRS (2010), os catadores aceitam tal proposta sem recuar, no entanto, da implementação da PNRS no município, o que já vem ocorrendo desde fevereiro de 2014 com a assinatura de um Termo de Cooperação Técnica entre o governo local e a Associação de Catadores RECICLAR CAMPOS¹⁴ e, no momento, com a sentença judicial (ver nota de rodapé nº10).

Conclusão

É preciso destacar que o crescimento e a visibilidade do negócio da reciclagem, no país e, em especial, no município, não apenas agregou um número crescente de

¹³ Como resposta à pressão dos catadores, a Prefeitura em associação com a Empresa Concessionária de Limpeza Pública, a Vital Engenharia Ambiental, ofereceu aos catadores 122 postos de trabalho como varredores de rua e coletores.

¹⁴ A RECICLAR CAMPOS foi criada em março de 2013 com a finalidade de reunir os catadores que tivessem interesse em lutar pela inclusão socioeconômica em conformidade com a PNRS, ou seja, para a prestação de serviços ambientais urbanos à municipalidade através da Coleta Seletiva, triagem, prensagem e comercialização dos recicláveis. Atualmente ela conta com 41 associados.

catadores, mas, também, possibilitou a construção de uma maior consciência, por parte dos mesmos acerca da sua participação na cadeia da reciclagem. Ou seja, o fortalecimento da reciclagem como negócio possibilitou, também, que as suas contradições (acirradas pelas péssimas condições de trabalho e de reprodução dos catadores) fossem percebidas, permitindo que os catadores se articulassem politicamente para fazer frente à forma como ela vem se organizando no país, sobretudo no que se refere ao novo papel que deverá ser protagonizado por eles na implementação da PNRS (2010). A proposta construída pelo MNCR e seus parceiros políticos tem como centro a necessidade de desmercadorização da reciclagem e sua realização como Política Pública, exatamente o oposto das intenções das políticas de ajuste e de “austeridade” amplamente defendidas pelo mercado, indicando não apenas os desafios postos à implementação integral da PNRS, mas, sobretudo, aqueles referentes à participação menos subalterna dos catadores na cadeia da reciclagem, completamente conformada pelos interesses das recicladoras e dos grandes sucateiros. Em outras palavras, resta saber até que ponto as experiências de autogestão envolvendo os catadores, pós- nova PNRS(2010), vão se constituir em estratégias de superação das condições de subalternidade, exploração e vulnerabilidade dos trabalhadores que integram a rica cadeia da reciclagem ou se elas acabarão por conformar o novo significado da Economia Solidária no mundo capitalista: - o da integração precarizada e subalterna dos trabalhadores (BARBOSA, 2007).

Referências

ABRELPE. Panorama dos resíduos sólidos no Brasil. 2013. Disponível em: <<http://www.abrelpe.org.br/Panorama/panorama2013.pdf>>.

ALMEIDA, E. **Relatório de Pesquisa FAPERJ**. De Catadores de lixo a Catadores de material reciclável – o que muda com a Política de Resíduos Sólidos? um diagnóstico da trajetória de trabalho dos catadores de material reciclável e do seu protagonismo a partir do fechamento do lixão da CODIN em Campos dos Goytacazes (RJ). Campos dos Goytacazes (RJ), 2014.

ALMEIDA, E., RANGEL, E. Trabalho e Reprodução das Famílias de Trabalhadores beneficiários do Bolsa Família em Campos dos Goytacazes (RJ). **Vértices**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 43-70, maio/ago. 2014.

BARBOSA, Rosângela. **A economia solidária como política pública**: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

BOSI, A. A organização capitalista do trabalho informal - o caso dos catadores de recicláveis. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 67, p. 66-191, jun., 2008.

BRASIL. Política Nacional de Resíduo Sólidos. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília (DF), 2 de ago. 2010.

CEMPRE. Cempre Review, 2013. Disponível em: <<http://www.cempre.org.br>>.

CRUZ, J. L. Vianna da. Mercado de Trabalho e exclusão em Campos (RJ). **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p.159-178. set./dez. 1992.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992. 349 p.

JUNCÁ, Denise C. de M. et al. **A mão que obra no lixo**. Niterói (RJ): EDUFF/UFF, 2000.

LAYRARGUES, Philippe. O cinismo da reciclagem: O significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. LOUREIRO, F.; LAYRARGUES, P; CASTRO, R. (Orgs). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 179-220.

MAGERA, Márcio. **Os empresários do lixo**: um paradoxo da modernidade. São Paulo: Átomo, 2005.

MOTA, A. E. Entre a rua e a fábrica: reciclagem e trabalho precário. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 3, n. 6, p. 9, jul./dez. 2002.

POCHMANN, Márcio. **Economia solidária no Brasil**: possibilidades e limites. Cadernos IPEA. Mercado de Trabalho, 2004. p.23-34.

_____. (org.). **Desenvolvimento, trabalho e solidariedade. Novos caminhos para a inclusão social**. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista - informalidade e precarização do Trabalho**. São Paulo: Cortez, 2004.